



O ALUNO SURDO NO CONTEXTO DO ENSINO REGULAR

Rosecléa Gotardo de Novaes*

Edneuzza Alves Trugillo**

RESUMO

Este artigo tem por objetivo comprovar que é possível incluir uma pessoa surda no âmbito educacional e que esse também tenha condições de aprender junto a pessoas auditivamente normais. Adotamos o método qualitativo com aplicação de questionário para profissionais da Educação, analisando a inclusão e o aprendizado do aluno com necessidades auditivas (DA) em classes de ensino regular com os demais alunos. O principal objetivo da inclusão é fazer com que a escola oportunize aos alunos surdos um espaço democrático e competente para trabalhar, no qual todos os envolvidos neste espaço, possam realmente contemplar de uma escola inclusiva. Para tecermos sobre a pesquisa realizada, contamos com os aportes teóricos de Marcos José da Silveira Mazzotta, Shirley Silva e Marli Vizim, Romeu Kazumi Sasaki, Eugenia Augusta Gonzaga Fávero, Luiza de Marillac P. Pantoja e Maria Teresa Eglér Montoan. Verifica-se que os educadores questionados não possuem conhecimento amplo sobre a metodologia de ensino necessário para ensinar uma criança surda, por isso fica sendo indispensável à presença de um intérprete em sala de aula. Observamos que as maiores dificuldades encontram-se na forma de comunicação entre os alunos e professores, confirmada esta dificuldade, somente professor e aluno sem a presença do intérprete o aluno não possui condições adequadas para o seu aprendizado.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Aprendizado. Aluno Surdo.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar como se dá o processo de inclusão e como os alunos com necessidades especiais aprendem e interagem com os demais alunos. A inclusão dos alunos

* Acadêmica do 7º semestre do curso de Pedagogia, *campos* universitário de sinop, Unemat. Pertence ao grupo de Orientação da professora Edneuzza Alves Trugillo.

** Professora Ma. formada na área de Ciências ambientais.

com necessidades especiais tem sido um dos desafios para a educação contemporânea. Neste grupo de pessoas com necessidades especiais enquadram-se os alunos surdos.

A cada dia que passa a educação especial vem assumindo uma importância maior dentro da sociedade. A Educação Especial em um primeiro momento era marcada pela exclusão, conseqüentemente as pessoas com necessidades especiais eram marcadas, ignoradas e muitas vezes esquecidas sem nenhuma importância por parte da sociedade. Essa percepção vem sendo respaldada por preceitos teóricos, de acordo com a Constituição Federal (1988), a Declaração de “Educação para Todos” (1990), Declaração de Salamanca- Necessidades especiais em sala de aula (1994), LDB nº 9394/96, e Decretos e Legislações suplementares em nível estadual e municipal. Dessa forma, a garantia do cumprimento das normativas contidas nesses documentos passa pela política de formação do professor e a existência de um projeto político pedagógico que conheça tais diferenças e garanta a construção de uma escola para todos, acordado no princípio social da inclusão. Com a Educação Inclusiva busca-se a mesma forma do ensino regular com propostas curriculares adaptadas, devendo reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos.

Destacaremos autores que abordam a educação inclusiva, como Sasaki (2003), Mazzotta (1997), Silva e Vizim (2001), Paula e Costa (2007), Marchesi (2004), Blanco (2004). A pesquisa se deu através de um estudo de caso, a qual utilizou uma abordagem qualitativa, com alunos do Centro Educacional Lindolfo J. Trierweiller, que conta com três alunos com deficiência auditiva, os mesmos possuem diferentes graus de surdez, tendo como técnica de pesquisa, questionário aplicado aos profissionais da educação que atendem esses alunos deficientes auditivos, e a observação, para averiguar como os alunos se comportam perante os colegas “ditos” normais e como é o desenvolvimento desses alunos surdos em relação ao aprendizado em sala de aula, bem como também a acessibilidade nas classes de ensino regular.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de um estudo de caso com uma abordagem qualitativa. Segundo Goldenberg (2005, p.14) Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os professores do 6º ano do ensino regular, com o objetivo de compreender se realmente acontece a inclusão dos alunos com necessidades especiais e se esses também possuem condições de aprender e interagir com os demais. Realizamos as observações na turma do 6º ano do Ensino fundamental, onde encontramos se estudando os três (3) alunos com deficiência auditiva, resultando num total de 15 observações com duração de 4hs cada observação. Utilizamos o caderno de campo para anotar dados relacionados ao nosso estudo.

Após a coleta de dados fora feita a análise dos mesmos junto ao referencial teórico estudado. De posse dos dados e embasados nas leituras realizadas, buscamos compreender o processo de inclusão e aprendizagem de alunos com necessidades auditivas no contexto escolar. Para tanto confrontamos as respostas dos professores, e a observação em sala de aula com o referencial teórico.

3. COLETA E ANÁLISE DOS DADOS – UNIVERSO DA PESQUISA: perspectivas dos professores pesquisados

Este capítulo apresenta o resultado dos dados colhidos durante a realização da pesquisa, analisados e fundamentados com acervo teórico indicado.

Partindo do princípio de que a educação é um direito de todos. O atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais, em ambiente escolar comum ou em grupos especializados, esta assegurado na Constituição Brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) vem demonstrando a abertura do processo de atendimento educacional e a garantia de introduzir nele inovações, objetivando assegurar maiores possibilidades de integração da pessoa com necessidades especiais á sociedade.

A instituição que atende alunos com necessidades especiais necessita de organização e compreensão dos conceitos que regem a inclusão educacional. Por isso a escola pesquisada para atender o decreto de Educação para todos, inclui o aluno surdo dando suporte com uma professora interprete formada em pedagogia e especializada em Educação Especial e Pro libras nível superior no uso e ensino de libras. Conta ainda com a sala de recursos que atende e inicia os no curso de Libras (LSB) para desenvolver as habilidades necessárias para que possa acompanhar os demais alunos no ensino regular. Perguntei aos professores pesquisados se o Projeto Pedagógico da escola assegura na prática a otimização de espaços e recursos (atendimento às expectativas da comunidade e às necessidades específicas dos alunos).

(01) Professora A: Em relação a espaço e recursos acredito que a escola está bem preparada.

(02) Professora C: Nem sempre se atende a todas as necessidades dos alunos, faltam muitos recursos principalmente físicos.

(03) Professora F: Existe espaço apropriado para isso, salas e recursos, professores para o atendimento.

Alguns professores concordam que os espaços e recursos atendem as necessidades dos alunos com deficiência auditiva (DA) apenas uma professora acredita que o espaço físico da escola poderia ser melhor. A professora C chama a atenção para os espaços físicos da escola que na realidade são bastante precários em relação às estruturas da escola o prédio é muito velho e necessita de varias reformas como um todo, estrutura elétrica e física.

Mazzotta (1997) coloca que a educação especial está baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação dos serviços educacionais, de modo a atender as diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam.

As crianças com necessidades aprendem a conviver e a lidar com as necessidades em um ambiente novo, fora do círculo familiar ao qual estão acostumadas. Essa convivência vai trazer muitos benefícios para seu futuro, pois a escola, como um recurso da comunidade, representa a sociedade tal como ela é.

É necessário que o educador seja qualificado para que realmente atenda os alunos especiais, que saiba definir sobre o que é uma escola inclusiva no ensino regular. Isso fará com que seu trabalho em sala de aula tenha um potencial educacional inclusivo de qualidade, sabendo lidar com todas as dificuldades que possa aparecer. Partindo deste ponto questionei sobre a formação dos professores: Vocês acreditam que em sua formação teve indicativos suficientes para trabalhar com alunos surdos? Por quê?

(04) Professora A: Não vi em nenhuma disciplina este assunto.

(05) Professora C: Não nenhuma, digo nenhum indicativo. A inclusão foi empurrada nas escolas de educação infantil ou pouco se fala ou estuda sobre isso dentro da educação superior.

(06) Professora E: Não porque preciso estar sempre estudando e aprendendo novos sinas, atende as necessidades básicas

Ficou claro que há alguns anos atrás não se falava em educação especial nas universidades e/ou faculdades.

Segundo Silva e Vizim (2001) o que se constata é que a maioria desses mediadores/autores se queixa de inexperiência teórica e prática no que tange ao trabalho com portadores de deficiência. Argumentam, no caso dos professores, dos gestores em educação e dos outros profissionais que, seus cursos de formação de segundo e terceiro graus, tiveram pouco ou nenhum acesso a objetos ou modos de leitura a respeito. Tampouco foram estimulados a buscar tais objetivos em livros, revistas, artigos disponíveis na internet, no contato direto com esses alunos, em estágios, em estudos ou em pesquisas.

Muitos declaram também, despreparados e assustados com a possibilidade de trabalho com essas pessoas.

Silva e Vizim (2001) coloca a importância de estudar as necessidades especiais nas faculdades e universidades, com isso os educadores podem levar para as salas de aula um conhecimento mais amplo no que diz respeito a essa educação inclusiva, não se limitando apenas a escolas especializadas, e é cada vez maior o número de alunos especiais em escolas públicas o que nos faz pensar que poderemos mudar o quadro de educação em nosso país.

Deste modo, a escola inclusiva educa todos os alunos em uma sala de aula regular. Isso significa que todos os alunos recebem oportunidades iguais, que podem ser desafiadoras, mas adequadas às suas habilidades e necessidades. Desta forma, a escola necessita de recursos para atender a todos. Com essa inquietação, questionei aos professores sobre que meios/recursos, a escola proporciona aos profissionais da educação para trabalhar com os alunos surdos?

(07) Professora A: Na minha área nada.

(08) Professora D: Interprete na sala.

(09) Professora E: Sim a sala de recursos com vários equipamentos, interprete de LIBRAS, L2 português como segunda língua.

(10) Professora F: Tem a professora interprete na sala que nos auxilia e a secretaria oferece cursos.

Em geral, suas ações devem ser: propor cursos de formação aos professores e outros profissionais do setor; oferecer apoio em tempo parcial aos alunos; trabalhar na elaboração e difusão de materiais didáticos. A escola em questão conta a sala de recursos, nesse espaço, o professor especializado em libras vai trabalhar com os alunos as questões relativas às necessidades específicas de aprendizagem, para que eles possam acompanhar e ter acesso a todas as atividades do currículo desenvolvido na classe comum.

Mazotta (1997) chama atenção para o fato da decisão sobre o encaminhamento de um aluno para um determinado recurso educacional deve estar fundamentada nas necessidades educacionais específicas e na situação global do aluno, suas possibilidades pessoais, atitudes dos pais, condições dos recursos escolares de sua comunidade. Ainda alerta para a expressão “recursos educacionais” referindo se as várias alternativas de organização do atendimento educacional, abrangendo desde os auxílios especiais proporcionados no ambiente comum ou regular de ensino até os serviços especiais desenvolvidos em situações mais restritivas ou segregadas.

Diante dessas constatações é que atualmente na escola os alunos têm acesso à língua própria deles (LSB) e depois aprendem a língua oficial do país. Em situação de bilingüismo considerada ideal para alunos surdos. A língua de sinais (LS) são línguas naturais das comunidades surdas. Ao contrario do que muitos imaginam a Língua de Sinais não são simplesmente mímicas e gestos soltos, são línguas com estruturas gramaticais próprias.

Atribui se as Línguas de Sinais o status de língua porque elas também são compostas pelos níveis lingüísticos: o fonológico, morfológico, o sintático e o semântico. O que diferencia a Língua de Sinais das demais línguas é sua modalidade visual-espacial, assim uma pessoa que entra em contato com uma Língua de Sinais irá aprender outra língua, como o Frances, inglês etc.

A inclusão é um grande desafio e estas professoras estão dando sua contribuição e enfrentando este desafio, aceitando o ingresso e permanência do educando surdo no ambiente escolar, tratando-o de maneira igual aos outros, já que o princípio fundamental da escola inclusiva é de que todos os alunos sempre que possível devem aprender juntos independente de suas dificuldades ou diferenças. No entanto se a escola não dispuser de profissionais devidamente orientados, não pode justificar com esse fato o não atendimento do aluno, pois

ainda assim é obrigado a atender esses alunos, devendo providenciar pessoal para esse fim Favero, Pantoja e Montoan (2007).

Paula e Costa (2007, p.6) afirmam que a idéia de uma sociedade inclusiva nasceu da união de forças de pessoas, no mundo todo. Na área da atenção às pessoas com deficiência, elas próprias, seus amigos e familiares tiveram um papel fundamental, organizando grupos para cobrar da sociedade a garantia de seus direitos. Esses direitos referem-se à educação, à saúde, ao trabalho, ao esporte e ao lazer. Em uma sociedade inclusiva, as diferenças sociais, culturais e individuais são utilizadas para enriquecer as interações e a aprendizagem entre os seres humanos.

Portanto as características físicas, sociais e econômicas da sala de aula têm influenciado na aprendizagem dos alunos surdos por que:

(11) Professora A: Com certeza, pois se ele estuda em um ambiente adequado as suas necessidades ele irá se desenvolver muito melhor o mais rápido e se sentir incluído.

(12) Professora C: Sim. Quando há respeito por parte dos colegas auxílio e boa convivência entre todos da sala tendo disciplina à aprendizagem é maior porque há uma melhor concentração.

(13) Professora E: Sim. É um conjunto como atendimento, espaço físico, família, professores a escola de maneira geral e condições sociais certamente influenciam sim.

Segundo Charlot (1986) o pensamento pedagógico comum considera, mais ou menos implicitamente, que a educação deve permitir a criança realizar-se, desabrochar, tornar-se plenamente ela mesma. Levando em consideração a realidade econômica, social e política. Ela ainda lembra que não se pode desabrochar em um ambiente ao qual a pessoa não se sente bem, algo está errado, algo a sufoca. Mas não podemos, então, falar de desabrochamento sem levar em consideração a realidade econômica, social e política. Por isso uma criança que sofre agressões físicas, morais, verbais não pode desabrochar é preciso mudar essa realidade, para tanto é necessário muito trabalho, muito estudo, muita dedicação de pais educadores e governantes.

Integrar intelectual e socialmente o aluno é o objetivo primordial da educação. O planejamento deve conseguir o difícil equilíbrio entre responder ao grupo como tal e a cada aluno dentro dele. Nesse mesmo contexto Blanco (2004 p. 293) coloca que responder a

diversidade significa romper com o esquema tradicional em que todas as crianças fazem a mesma coisa, na mesma hora, da mesma forma e com os mesmos materiais. Expressar os diferentes aspectos a serem considerados para responder à diversidade é de extrema complexidade caracterizando os processos de ensino e de aprendizagem que ocorre na sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados qualitativos verificados em relação a inclusão dos alunos com necessidades auditivas em turmas regulares evidenciam que infelizmente as metas estabelecidas nem sempre são atingidas, muitas das vezes por falta de recursos, profissionais capacitados ou até mesmo a falta de estrutura na instituição de ensino.

Porém entendemos que de certa forma o programa trouxe contribuições, mesmo que timidamente vem mobilizando parte da população em geral, na escola pesquisada os alunos incluídos vivenciam e trocam experiências com demais alunos, os estudos mostram que a inclusão é possível, e que os alunos com necessidades auditivas se identificam e estabelecem laços significativos de amizade com os demais alunos, se tornando membros ativos na construção de conhecimentos. No entanto as escolas no geral necessitam de preparação para receber esses alunos independente de suas diferenças.

No processo de inclusão, o trabalho do educador certamente poderá fazer a diferença. Para tanto o profissional da educação necessita de suporte é necessário propor aos educadores cursos de formação continuada na área de Educação Especial, respeitar esses profissionais dando condições reais de trabalho.

O processo de inclusão de alunos com necessidades auditivas só é possível mediante a presença de um interprete da língua de sinais (LIBRAS) em sala de aula dando suporte ao professor o tempo todo. O que significa condições mínimas para se desenvolver um bom trabalho.

Ressalto que a ambiência da sala de recursos está sendo bem aproveitada. Nesse espaço, a professora interprete com formação na língua de sinais (LIBRAS) ensina aos alunos com necessidades auditivas, a língua de sinais como língua materna e o português como (L2) como segunda língua em sala de aula.

No entanto, pode-se dizer que a Educação Especial, requer a participação de toda comunidade escolar em oferecer realmente um ensino público inclusivo, além de cobrar dos governantes, recursos necessários para o seu bom funcionamento e na inclusão dessas pessoas

no âmbito sócio-político-econômico-cultural, pois quando se consegue compreender a importância que cada ser humano possui no ambiente social, torna-se mais prazeroso a ação de educar.

EL ALUMNO SORDO EN EL CONTEXTO DE ENSEÑAZA REGULAR

RESUMEN¹

Este artículo tiene como objetivo comprobar que es posible incluir a una persona sorda en el ámbito educativo y que también tenga condiciones de aprender junto a personas con audición normal. Hemos adoptado el método cualitativo, con un cuestionario para profesionales de la educación, analizando la inclusión y el aprendizaje del alumno con necesidades auditivas (DA) en las clases de educación regular con otros estudiantes. El principal objetivo de la inclusión es hacer que haya en la escuela un espacio democrático y competente para trabajar, donde todos los involucrados en ello puedan realmente contemplar una escuela inclusiva. Para que se pueda tejer en la investigación, tenemos los aportes teóricos de Marcos José da Silveira Mazzotta, Shirley Silva e Marli Vizim, Romeu Kazumi Sassaki, Eugenia Augusta Gonzaga Fávero, Luiza de Marillac P. Pantoja e Maria Teresa Eglér Montoan. Se verifica que los educadores encuestados no tienen un amplio conocimiento sobre metodología de enseñanza para un niño sordo, por esto que se constituye como esencial la presencia de un intérprete en el aula. Fue visto que las mayores dificultades se encuentran en la forma de comunicación entre los alumnos y profesores, confirmada esta dificultad, solamente maestro y alumno sin que el intérprete esté presente el estudiante no tiene las condiciones adecuadas para su aprendizaje.

Palabras llave: Educación Especial. Inclusión. Aprendizaje. Estudiante sordo.

REFERÊNCIAS

BLANCO Rosa. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesus (Org). **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

¹ Transcrição realizada pelo aluno Fernando Hélio Tavares de Barros, do Curso de Letras – UNEMAT / Sinop. (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 set. 2010.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

FAVERO, Eugenia Augusta Gonzaga, PANTOJA, Luiza de Marillac P.; MONTAÑA, Maria Teresa Eglér. **Atendimento educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora. Record, 2005.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1997.

MARCHESE, Álvaro. Desenvolvimento e educação das crianças surdas. In: COLL, César; PALÁCIOS, Jesus (Org). **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PAULA, Ana Rita; COSTA, Carmen Martini. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 5 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SILVA, Shirley; VIZIM, Marli. **Educação Especial: Leituras e diferentes significados**. Campinas: ALB, 2001.